

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/332706527>

Fatores Determinantes da Abertura Orçamentária Pública: Um Estudo Empírico Apoiado em Dados Secundários Para uma Amostra de Países * Fatores Determinantes da Abertura Orçamentária...

Article · April 2019

CITATIONS

3

READS

9

4 authors, including:



Frederico A. De Carvalho

Federal University of Rio de Janeiro

88 PUBLICATIONS 160 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Marcelino José Jorge

Federal University of Rio de Janeiro

58 PUBLICATIONS 47 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Jose Alexandre Magrini Pigatto

Universidade Federal de Santa Maria

10 PUBLICATIONS 24 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Transaction costs in different federal arrangements in Latin America [View project](#)



Governança na visão da Auditoria Interna [View project](#)

Fatores Determinantes da Abertura Orçamentária Pública: Um Estudo Empírico Apoiado em Dados Secundários Para uma Amostra de Países*

Frederico A. de Carvalho¹

Marcelino José Jorge²

José Alexandre Magrini Pigatto³

Francisco José dos Santos Alves⁴

*Artigo recebido em: 04/01/2013**Artigo aceito em: 10/02/2013•Segunda versão aceita em 11/04/2013

Resumo

O nível de abertura do orçamento público em um país pode ser influenciado por determinantes institucionais, geográficos, econômicos, culturais e sociais, dentre outros. O objetivo deste artigo é construir um modelo empírico para caracterizar o comportamento do Índice de Abertura Orçamentária (IAO) em resposta a algumas daquelas variáveis. Os dados sobre o IAO se baseiam no índice definido e divulgado pelo *International Budget Partnership*. Foram utilizadas diversas fontes de dados secundários para obter informações sobre as variáveis independentes, aqui denominadas “fatores determinantes”. O alto valor de certas correlações sugeriu eliminar algumas das variáveis independentes inicialmente selecionadas, a despeito de serem recomendadas em alguns dos estudos resenhados. A partir de uma amostra de conveniência de 59 países e de dados secundários cobrindo 17 variáveis, o exame da influência dos determinantes selecionados sobre o comportamento do IAO está apoiado em uma equação de regressão múltipla. Os resultados mostraram que a “Abertura ao Exterior”, as “Forças de Mercado” e o “Ambiente Regulatório” têm impacto significativo sobre o IAO. Vale destacar a influência positiva e significativa da variável “Qualidade Regulatória”, até aqui relativamente ausente de comparações sobre abertura orçamentária entre países. Apesar de medidas de forma muito simples, as variáveis culturais interagiram especifica e significativamente com o efeito da Qualidade Regulatória.

Palavras-chave: Abertura orçamentária. Transparência. Orçamento público. Regressão Múltipla.

¹DSc em Ciências Econômicas, Universidade Católica de Louvain - Professor Associado2 - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ - Av. Pasteur, 250 - Botafogo Rio de Janeiro - RJ, CEP:22290-240, Tel. - (21) 3215-2317 - fdcarv@gmail.com

²Doutor em Engenharia de Produção (COPPE-UFRJ); Mestre em Economia (UnB); Economista (UFRJ); Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Economia das Organizações de Saúde - LAPECOS-IPEC-FIOCRUZ. Av. Brasil, 4365 - Manginhos, Rio de Janeiro CEP: 21040-360, Tel. - (21) 3865-9595 - marcelino.jorge@ipecc.fiocruz.br

³Doutor pelo PROLAM, USP, Mestre em Contabilidade e Controladoria, USP, Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria - RS - Rua Benjamin Constant, 1228, Santa Maria, RS CEP: 97050-022, Tel. - (55) 8115-7222 - pigatto71@gmail.com

⁴Doutor em Contabilidade e Controladoria, USP - Professor Adjunto e Coordenador do Mestrado Programa de Mestrado em Ciências Contábeis - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ - Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro-RJ, CEP:20550-013, Tel. - (21) 2334-0294 - francisco.jose.alves@terra.com.br

* Os autores agradecem à FAPERJ pelo suporte financeiro que possibilitou esta pesquisa.

The Determinants of Public Budget Disclosure: An Empirical Analysis Using Secondary Data on a Sample of Countries

Abstract

The degree of disclosure in national public budgets may be influenced by a number of institutional, geographic, economic, cultural and social factors. The paper intends to propose an empirical model that characterizes how those variables impact upon the Open Budget Index (OBI) as defined and computed by the International Budget Partnership. With empirical evidence provided by secondary data from a convenience sample of 59 countries and relating to 17 variables, the behavior of the OBI is examined via multiple regression analysis. Findings show that Foreign Ouverture, Market Forces and Regulatory Environment have a significant effect upon the OBI. It is also worth mentioning the positive effect of Regulatory Quality, a variable that is often absent from comparative analysis of budget disclosure among countries. Even though they have been measured in very simple way, Cultural variables significantly mediate the influence of Regulatory Quality.

Keywords: Budget disclosure. Accountability. Public budget. Multiple regression.

1. Introdução

Este trabalho se inspira em Bhojraj, Blacconiere e D'Souza (2004), que invocam autores precedentes para afirmar que, em relação à empresa privada, há incentivos tanto para divulgar, quanto para reter informações econômicas, financeiras e contábeis (p. 922), especialmente tendo em conta os prováveis conflitos de interesse entre múltiplas audiências ou públicos-alvo (p. 921). Em geral a divulgação visa os mercados financeiros e de capitais, enquanto a retenção tem motivos concorrenciais.

Quando se trata da divulgação de informações realizada por um país soberano, apesar da globalização, os mercados financeiros internacionais ainda não estão completamente harmonizados. Além disso, a concorrência entre países não assume exatamente as mesmas características que a competição interfirmas. No entanto, a existência de múltiplas audiências persiste e talvez até se torne mais complexa, seja em termos de diversidade, seja em termos das restrições institucionais, tais como o sistema político, o quadro jurídico-legal ou a multiplicidade de grupos étnicos.

Além do aumento nos fluxos financeiro e comercial através das fronteiras nacionais e do aprofundamento da integração de mercados locais ao mercado internacional, o fato de que a tecnologia da informação também reduziu os custos de transação nos mercados internacionais suscitou, nos círculos observadores, a opinião frequente de que, pelo processo de globalização, a lógica do mercado internacional teria triunfado sobre os objetivos dos Estados Nacionais.

No entanto, a conclusão de diversas pesquisas sobre mudança institucional aponta que, entre países, não prevaleceu uma tendência única quanto ao regime regulatório a ser adotado para promover a competição, ou seja, não houve convergência global entre os regimes regulatórios dos diversos países. Mais do que isso, a tendência que prevaleceu foi a do mútuo reconhecimento dos regimes regulatórios de cada país pelos demais, de forma que o ambiente regulatório global – e não a desregulamentação – ainda é muito importante para as relações internacionais.

A principal razão “prática” está em que, face à presença de múltiplos reguladores governando os mercados internacionais, eles competem entre si, podendo fazê-lo basicamente de duas maneiras: ou eles competem entre si para oferecer maiores subsídios aos produtores locais e fortalecê-los, ou competem para eliminar barreiras e atrair maior volume de investimento estrangeiro.

Como pode ocorrer, então, que as iterações do processo de competição, seja qual for a estratégia escolhida em cada país regulador, não anulem as vantagens inicialmente obtidas, tornando-as transitórias e eli-

minando as diferenças entre os vários regimes nacionais? Para Vogel (1996), a resposta é que o jogo da competição regulatória é complexo, envolvendo *trade-offs* entre (a) favorecer o produtor ou o consumidor; (b) promover um campeão local ou a competição doméstica; e (c) estabelecer uma regulação neutra e justa ou preservar a capacidade de intervenção estratégica. Essas são escolhas tão complexas que o governo age sob condições de racionalidade limitada – *boundedrationality*– de tal modo que, diante da incerteza e da insuficiência de informação, decide exercer escolhas coincidentes com aquilo que já está estabelecido. Dessa forma, cada competidor preserva seu próprio regime, porque, através dele, julga vencer o jogo da competição regulatória segundo seus próprios termos de aferição e de discernimento. Nesse contexto, o problema de pesquisa que interessa investigar é o que ocorre, então, em termos de países? Quer dizer, se se considera, por exemplo, a informação orçamentária pública (no sentido de “nacional”), como se comportam os países em termos de divulgação?

A pergunta de pesquisa correspondente pode ser formulada como: *É possível identificar fatores determinantes da abertura orçamentária – budget disclosure– nacional, ou seja, em termos de países?*

O *International Budget Partnership* (IBP), com sede em Washington (D.C), divulgou, em 2006, os resultados do *The International Budget Project*, que procurou conhecer o comportamento de uma amostra de países no que se refere à quantidade de informações relacionadas ao orçamento público e disponibilizadas para os cidadãos. Atualmente o IAO é calculado e divulgado no contexto de um projeto especial do IBP, a *International Budget Partnership*, de que participam cerca de 100 instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. Historicamente, dentre os resultados do projeto vale destacar a definição de grupos (*clusters*) relativamente homogêneos de países quanto às informações divulgadas, bem como a definição e o cálculo do *Open Budget Index* (Índice de Abertura Orçamentária, IAO) por país. Pela definição do indicador, os valores do IAO variam entre 0 (zero) e 100 (cem).

Da mesma forma como foi tratada na área privada, em que a unidade de observação era a empresa, a questão da transparência orçamentária pública sugere que algumas variáveis institucionais, geográficas, econômicas, culturais e sociais devem influenciar o grau de abertura das informações divulgadas por um país. O objetivo deste trabalho é responder a pergunta de pesquisa antes formulada, verificando se existe e caracterizando a relação entre essas múltiplas variáveis, de um lado, e o Índice de Abertura Orçamentária (IAO), de outro.

O artigo está organizado em quatro seções, que se seguem a esta Introdução. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a pesquisa. A seguir, na segunda seção, descreve-se a metodologia que norteia o trabalho. Os resultados obtidos são descritos e discutidos na quarta seção. Finalmente, na quinta e última seção, vêm as considerações finais.

2. Referencial Teórico

Na literatura resenhada ficou claro que a maioria dos modelos propostos, alguns revistos a seguir, identificou e utilizou variáveis que pudessem explicar o comportamento de uma empresa ou organização privada no que se refere à divulgação de informações. Mesmo quando havia referência à ação governamental ou pública em um país, o foco ainda se definia em termos das regras e condições de divulgação que um dado governo deveria estabelecer para as organizações envolvidas. Nesta seção, a revisão da literatura serve, então, para compilar resenhar alguns autores cujas ideias possam ser estendidas, por analogia, da empresa à nação.

2.1. Cultura, *disclosure* e foco nas empresas: Hofstede (1980), Gray(1988) e sucessores

O atual contexto político e econômico mundial aponta, dentre outros aspectos, para uma maior necessidade de geração e difusão de

informações seguras e confiáveis que satisfaçam seus diversos usuários, não só os internos, mas, principalmente, os externos.

Na Administração Pública, o acesso e a transparência (*disclosure*) das informações são indispensáveis para que a sociedade em geral participe da definição, condução ou supervisão das políticas públicas. Nesse contexto, a transparência é um pressuposto para a gestão democrática, dependendo fundamentalmente do grau e da forma como se dá o acesso dos agentes econômicos, da sociedade organizada e do próprio cidadão às informações que sustentam os processos decisórios e garantem o exercício dos direitos dos cidadãos (SANTOS, 2005). Nem sempre, porém, os governos podem divulgar quaisquer informações para a sociedade civil como um todo, pois uma “transparência absoluta” envolveria e mesmo ultrapassaria questões e dimensões coletivamente acessíveis, por exemplo, a defesa nacional. No caso do Brasil, o processo de transição da administração pública burocrática para a administração gerencial resultou em uma série de mudanças no processo de gestão pública. Até hoje, dado que a administração pública ainda adota procedimentos ora de um modelo, ora de outro, a transparência é um dos exemplos.

De acordo com Rodriguez Bolívar, Caba Pérez e López Hernández (2006), a reforma dos sistemas de gestão pública foi caracterizada pelo deslocamento em direção a uma nova cultura de gerência, inspirada por várias correntes e envolvendo diferentes propostas, todas, porém, colocando ênfase maior na satisfação do cidadão e na qualidade, no fornecimento da informação mais transparente e na permanente atualização dos mecanismos de controle.

Nos últimos vinte anos, a partir de experiências de alguns países desenvolvidos, difundiram-se estratégias de administração pública baseadas em princípios de valorização da eficiência, elevação da *performance*, introdução de mecanismos de mercado, orientação para resultados, descentralização dos controles gerenciais, ênfase na responsabilização e flexibilização de procedimentos (REZENDE, 2002, p. 167). Para ser plenamente adotado, no entanto, o modelo proposto na “nova gestão pública” requer transformações estruturais no aparato do

Estado que afetariam toda a administração pública de um país. Contudo, em muitos países a adoção dos princípios preconizados não veio associada a quaisquer estratégias de reforma, mais exatamente, a qualquer reforma de grande amplitude que modificasse profundamente os fundamentos da ação do Estado.

No Brasil, em particular, a chegada das propostas do gerencialismo público ocorreu juntamente com a estratégia de ajuste fiscal no setor público, o que tornou problemático o processo de implantação dos princípios de gestão preconizados e contribuiu para limitar as transformações estruturais no aparato estatal. Entretanto, diversos elementos da mudança institucional proposta nesse modelo foram sendo gradual e parcialmente adotados na administração pública.

Uma gestão pública transparente requer alto grau de compromisso político e institucional, que, entre outros aspectos, está relacionado à importância dada à produção, difusão e manejo da informação relativa a resultados e impacto dos programas públicos. A introdução de controles de resultados requer um sistema de informação que permita ampliar a análise gerencial, buscando maior eficácia e eficiência. Conforme alerta Echebarría (2005), faz-se indispensável um sistema de compartilhado de valores sobre o que se deve entender por “boa gestão” (por exemplo, resultados de economia, eficácia e eficiência), além de um marco de responsabilidade que delimite o poder dos dirigentes como responsáveis pelo rendimento. Percebe-se, portanto, que a produção de informação para análise da gestão é crucial – deve ter propósitos claros e limitados, além de ser evolutiva.

Todos esses requisitos, porém, não são automaticamente realizáveis. Por exemplo, Cunill e OspinaBozzi(2003) indicam que uma das áreas críticas para a avaliação de resultados é a sua efetiva utilização para a tomada de decisão orientada a melhorar a efetividade da gestão pública. A existência de um sistema de medição e a criação de séries de dados a partir de indicadores estratégicos são condições necessárias, mas não são suficientes para melhorar a gestão nas organizações públicas, nem asseguram *accountability*. Há fatores técnicos e políticos, internos e externos às organizações públicas, que podem favorecer ou di-

ficular o uso dos resultados das medições de desempenho e dos estudos de avaliação. A informação que os atores envolvidos e interessados em um programa consideram relevante e o modo como eles a utilizam podem variar, entre outras razões porque os aspectos técnicos encontram-se inseridos em um contexto institucional e político.

Essa nova cultura gerencial evoca e tangencia, então, os chamados contextos culturais. Hofstede (1980; 2001) e Hofstede e McCrae (2004), que identificaram quatro dimensões culturais capazes de explicar similaridades e diferenças de caráter geral ao redor do mundo, sugeriram que há relacionamentos específicos entre essas dimensões culturais e as preferências e ações dos indivíduos em cada país, ou mais exatamente, em cada “contexto cultural”. Com base nas teorias de Hofstede (1980), Gray (1988; 1995) propôs uma conexão entre as chamadas “dimensões culturais” e o sistema de informações financeiras dos países. Especificamente, Gray (1988) identificou quatro variáveis – profissionalismo, uniformidade, conservadorismo e sigilo – relacionadas aos valores culturais de Hofstede.

Após Gray (1988) expor suas primeiras ideias, Salter e Niswander (1995) procuraram testar sua hipótese de que os valores e sistemas contábeis estão associados aos constructos culturais de Hofstede. Naquela época, segundo esses autores (p. 379), não havia uma teoria suficientemente abrangente para explicar as diferenças entre países (*cross-national differences*) no que diz respeito à estrutura e à prática das demonstrações financeiras. Assim, escreveram eles, embora diversas pesquisas anteriores tivessem mostrado que o desenvolvimento de sistemas contábeis nacionais depende de características daquele ambiente nacional, a identificação de padrões e fatores que possam influenciar as diferenças não alcança unanimidade entre acadêmicos. Em sua verificação empírica, usando uma amostra de 29 países, Salter e Niswander (1995) concluíram pelo poder explicativo da teoria de Gray. Além disso, para os autores, a abordagem cultural de Gray (1988) é especialmente forte ao explicar as diferenças nas práticas de demonstração financeira (p. 395). Dentre as questões não respondidas, Salter e Niswander (1995) apontam uma que interessa particularmente ao presente trabalho, a saber – que outros fatores poderiam ser considerados para explicar as diferenças nas

características de sistemas contábeis nacionais? Quase dez anos mais tarde, Douppnik e Salter (1995) sugeriram uma lista que combina variáveis culturais (os quatro constructos de Hofstede-Gray) e institucionais (tais como o sistema legal, o mercado de capitais e o sistema educacional).

Utilizando dados temporais, Sudarwan e Fogarty (1996, p. 480-481) realizaram um teste da hipótese de Hofstede-Gray por meio de um modelo de equações estruturais para o caso da Indonésia entre 1981 e 1992, encontrando, também, confirmação limitada para a hipótese. Apesar de restritos ao escopo de um país, esses autores deixaram uma lição profícua ao alertarem para o fato de que, além do fator cultural, as configurações sócio históricas e econômicas também precisam ser consideradas.

Ao escrever sobre diferenças internacionais entre empresas em termos das práticas de demonstração financeira, Nobes (1998) registra que a literatura já contém uma extensa lista de motivos (Nobes, 1998, p. 163) para explicar tais diferenças. Ao mesmo tempo inspirando-se em (e criticando) Douppnik e Salter (1995), sua contribuição, essencialmente conceitual e aparentemente simples (Nobes, 1998, p. 177), depende efetivamente de duas ideias que se mostraram muito úteis ao longo da pesquisa – a proposição de uma tipologia para os sistemas contábeis (nacionais) e o foco na natureza do mercado de capitais, explicado pela influência cultural e diferenciado segundo países culturalmente autossuficientes (Nobes, 1998, p. 179) e culturalmente dominados (Nobes, 1998, p. 179). O modelo final (Nobes, 1998) incorpora todas essas considerações e, segundo o autor, é parcimonioso no sentido de evitar “dúzias de variáveis independentes potenciais” (Nobes, 1998, p. 183).

2.2. Os estudos de Zarzeski (1996) e de Lainez, Callao e Jarne (2000)

Diferentemente de Nobes (1998), nesta subseção, aparecem duas referências que mereceram destaque por adotarem uma abordagem do tipo “fatores determinantes”, tal como se busca neste trabalho. Por isso mesmo, apesar de aparentemente pouco relacionados, os dois estudos terão papel importante na operacionalização dos “fatores determinantes”,

isto é, das variáveis capazes de explicar a evolução do Índice de Abertura Orçamentária (IAO). Além disso, o principal ponto comum entre ambas é o foco nas demonstrações financeiras de empresas em diferentes países.

O estudo de Zarzeski (1996) examina as demonstrações de 256 empresas em sete países. Seu principal modelo, chamado pela autora de *International Disclosure Model*, separa os fatores determinantes potenciais em duas grandes categorias: Forças de Mercado (tamanho, endividamento, vendas no exterior) e Fatores Culturais (os quatro constructos de Hofstede). Para as Forças de Mercado, a fonte de dados são os relatórios corporativos; para os Fatores Culturais, os dados secundários têm origem no estudo de Hofstede (1980). A variável dependente foi construída a partir dos itens que aparecem na versão em inglês do relatório corporativo das empresas amostradas, ou seja, têm foco nas demonstrações destinadas aos investidores. A influência dos fatores determinantes sobre a variável dependente é avaliada por meio do coeficiente (padronizado) de cada fator em uma equação de regressão múltipla, estimada pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO); nesta avaliação, deve-se olhar o valor numérico do coeficiente e também sua significância estatística (testetde *Student*).

Zarzeski (1996)concluiu que os fatores determinantes selecionados – Forças de Mercado e Fatores Culturais – influenciam significativamente a variável dependente e com o sinal esperado. Uma consequência importante desse resultado é que, a despeito da influência dos fatores culturais, as empresas que operam em mercados internacionais podem ter interesse em aceitar a imposição de um conjunto de regras contábeis mínimas para poderem competir internacionalmente por mercados e recursos.

O trabalho de Lainez, Callao e Jarne (2000) examina o impacto do sistema legal e de outras variáveis (tais como tamanho, endividamento, mercado de capitais e natureza multinacional) sobre as demonstrações de empresas em diferentes países. Depois de sucessivas depurações para evitar tendenciosidades, a amostra final foi composta de 401 empresas de 6 países, distribuídos em dois tipos de sistema legal: *codelaw* (3, 138

Observações) e *common law* (3 países, 263 observações). Assim, apesar da estrutura semelhante, esses autores aumentaram sua base empírica com relação ao estudo de Zarzeski (1996). Cabe observar que, como a definição de sistema legal é um dado institucional, nem sempre se pode aumentar o número de países para aumentar a variabilidade da amostra.

A variável dependente – as demonstrações financeiras – foi construída a partir de dados secundários sobre 90 itens demonstrativos, divulgados pelo *Center for International Financial Analysis and Research*. Tal como em Zarzeski (1996), o impacto dos fatores determinantes foi avaliado por meio de diversas especificações para uma equação de regressão linear múltipla. O maior valor encontrado para o R^2 ajustado foi de 0,357 para a amostra total. Quando as regressões são feitas por tipo de sistema legal, os valores de R^2 são ainda menores. Um primeiro resultado diferente de Zarzeski (1996) foi encontrar pouca influência da cultura sobre as práticas de demonstração financeira. Além disso, a variável especialmente considerada pelos autores – o sistema legal – teve confirmado seu importante papel na elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

2. 3. Disclosure governamental no processo orçamentário público

Em estudo recente, Valverde Loya (2004) chama a atenção para o fato de que, na última década, um número sem precedentes de países já adotou legislação relativa ao acesso à informação e à transparência. Em grande parte, isso é resultado da iniciativa de organizações não governamentais e acadêmicas ou de agências multilaterais. Para o autor, o ponto de partida tem sido o fato de que uma informação confiável e oportuna é fundamental para a credibilidade de um governo e para sua transparência, além de contribuir para a eficiência dos mercados e das políticas públicas; todos esses aspectos podem ser vistos como requisitos genuínos da globalização. Para atrair investimentos – nacionais ou estrangeiros – governos e empresas devem evidenciar suas demonstrações financeiras (e provavelmente muitas outras informações) para o público em

geral, objetivando sinalizar segurança jurídica e confiança social, atrair capitais quando for o caso. Nesse sentido, o potencial de desenvolvimento econômico de um país pode estar fortemente relacionado com as práticas de transparência.

Na mesma direção, Rodriguez Bolívar, Caba Pérez e López Hernández (2006) argumentam que a responsabilidade de entidades públicas e a transparência da informação são fator-chave para atingir os objetivos do governo. Assim, as administrações públicas devem considerar o uso de ferramentas para melhorar a *performance* de serviços públicos e conseguir aumentar a transparência da informação pública.

A questão da transparência, sobretudo a divulgação de informações contábeis, tem sido alvo de discussão em âmbito internacional. Muitos países já adotam normas internacionais de contabilidade pública (IPSAS), emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC).

No tocante à participação dos atores envolvidos no processo orçamentário, Ching (2006), Horngren, Sundem e Stratton (2004) e Pires (2001) já haviam acentuado seus benefícios no caso de organizações privadas. No caso de organizações públicas, Silva (2002) e Trosa (2001) também chamaram a atenção para a importância de elaborar o orçamento de forma participativa, o que, no caso brasileiro, já vem ocorrendo em vários governos, incluindo a esfera municipal. Além disso, no caso do Brasil, a questão da transparência e da disponibilização de informações dos atos da gestão pública, possibilitando o controle social, foi tratada por Silva (2002) e Giacomoni (1997), assim como por alguns autores de obras de Direito Administrativo, sem esquecer a Constituição Federal e a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ramkumar (2008) focalizou o monitoramento das etapas do orçamento. Para ele, a sociedade civil seria uma espécie de auditor das contas públicas, cada vez mais solicitado e necessário devido a questões tais como a carência de recursos e a corrupção, dentre outras questões.

O *International Budget Partnership* (IBP) pertence ao *Center on Budget and Policy Priorities* (CBPP), uma organização não partidária que,

em 1997, criou um projeto visando encorajar a sociedade civil a atentar para as questões do orçamento governamental. Em 2002, organizou um encontro com as Organizações Não Governamentais para examinarem sobre como melhorar o acesso a informações orçamentárias e reforçar a responsabilização na gestão das finanças públicas. No fim de 2004, o CBPP elaborou um questionário para recolher informações sobre as diferentes etapas do processo orçamentário dos países. O questionário foi aplicado, inicialmente, em 59 países. A partir da tabulação dos dados foi possível calcular o IAO, que procura quantificar a presença e a importância de diversos componentes do processo de orçamentação no setor público.

Resumindo, ao buscar inspiração nos autores antes resenhados, que, em sua maioria, analisaram a *budget disclosure* no contexto de empresas privadas, este estudo pretende, procedendo por analogia, encontrar fatores que possam explicar a variação do comportamento do IAO entre países, aqui tomado como variável “dependente”.

3. Metodologia

Como já foi indicado na Introdução, o objetivo deste trabalho é verificar se existe e caracterizar a relação entre, de um lado, múltiplas variáveis representando “aspectos nacionais” e, de outro, o Índice de Abertura Orçamentária (IAO). Caso houvesse uma ou mais teorias específicas acerca dessa relação, seria possível determinar o sinal esperado em caso de associação. No entanto, pelo que foi resenhado na literatura, mesmo para o caso das organizações privadas parece que ainda não existe unanimidade, nem mesmo convergência entre as diversas propostas de explicação, cujo alcance, aliás, é, também, bastante limitado. No que se refere à escolha das variáveis, o procedimento aqui adotado segue, então, o caminho empírico traçado pelos autores resenhados.

Sendo assim, a relação proposta será examinada sob um foco essencialmente empírico, que Philips e Blomme (1973) chamam de regressão linear descritiva, em que os coeficientes de regressão são meros

parâmetros descritivos, sem qualquer elo com alguma teoria a ser verificada.

A hipótese (composta) de pesquisa pode, então, ser enunciada como Existe relação entre certas características de um país – por exemplo, demográficas, econômicas, institucionais, culturais – e seu comportamento orçamentário público, tal como expresso pelo IAO.

Para testar essa hipótese, a escolha das “características nacionais” se apoiará nos autores resenhados na terceira seção.

Embora fosse interessante poder escolher um número significativo de países, essa escolha ficou imediatamente limitada pela disponibilidade de dados sobre o IAO, que o IBP restringe aos 59 países que aparecem no Quadro 1 e vão constituir a amostra de conveniência do estudo.

Quadro 1 – Países por *Clusters* de IAO – 2006

Fornecem informações completas.	África do Sul, Eslovênia, Estados Unidos, França, Nova Zelândia e Reino Unido
Fornecem informações significativas.	Bostwana, Brasil, Coreia do Sul, Noruega, Peru, Polônia, República Tcheca, Romênia e Suécia.
Fornecem alguma informação.	Bulgária, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Gana, Guatemala, Índia, Indonésia, Jordânia, Cazaquistão, Quênia, Malauí, México, Namíbia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Filipinas, Rússia, Sri Lanka, Tanzânia e Turquia
Fornecem informações mínimas.	Albânia, Argélia, Argentina, Azerbaijão, Bangladesh, Camarões, Equador, El Salvador, Geórgia, Hondouras, Nepal, Uganda e Zâmbia
Fornecem informações restritas ou nenhuma.	Angola, Bolívia, Burkina Faso, Chade, Egito, Mongólia, Marrocos, Nicarágua, Nigéria e Vietnã.

Fonte: *International Budget Partnership*.

A variável dependente, cujos determinantes se quer investigar, é o IAO, Índice de Abertura Orçamentária, tal como definido e divulgado pelo *International Budget Partnership* (IBP). Com base em informações referentes ao exercício de 2006, contendo as respostas ao questionário do IBP, com 91 perguntas e cobrindo a amostra de conveniência de 59 países, foi possível obter uma quantificação do IAO – *Open Budget Index* a partir da disponibilidade de sete documentos – a Demonstração Pré-orçamento (*Pre-Budget Statement*), a Proposta Orçamentária do Poder Executivo (*Executive's Budget Proposal*), o Orçamento para o Cidadão (*Citizens' Budget*), os Relatórios de Início de Ano (*In-Year-Reports*), a Revisão de Meio de Ano (*Mid-Year-Review*), os Relatórios de Fim de Ano (*Year-End-Report*) e o Relatório da Auditoria (*Auditor's Report*). Segundo o IBP, os documentos que mais têm impactado negativamente os resultados, em decorrência de não disponibilização para a sociedade, são a Demonstração Pré-Orçamentária, o Orçamento para o Cidadão e a Revisão de Meio de Ano.

Como já foi dito, foram incluídas no estudo, de acordo com a literatura resenhada, diversas variáveis capazes de desempenhar o papel de variáveis independentes, isto é, “fatores determinantes” do IAO. Para cada país, estas variáveis, explicitadas no Quadro 2, dizem respeito a tamanho, abertura (comércio exterior), adoção de normas internacionais de contabilidade, forças de mercado, ambiente cultural (incluindo educacional e informacional) e sistema legal. Nesse último caso, foram selecionados, dos cinco itens recomendados pelo Banco Mundial (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2008) – os dois itens que pareceram mais relacionados à abertura orçamentária pública. O quadro também mostra as fontes em que foram coletados os dados.

Quadro2– Lista inicial das variáveis do estudo

Nome	Definição	Usada para representar	Fonte
IAO *	Índice de Abertura Orçamentária	Abertura orçamentária pública	IBP
PIB	Produto Interno Bruto ao valor da paridade	Tamanho	UNDP(2007), tabela14
POP	População total (milhões pessoas)		UNDP(2007), tabela5
PCTIMPORT	Percentual das importações no PIB	Abertura ao exterior	UNDP(2007), tabela16
PCTEXPORT	Percentual das exportações no PIB		UNDP(2007), tabela16
IPSAS	<i>Dummy</i>	Adoção de normas internacionais de Contabilidade Pública	<i>IFAC</i>
DESEMPRE	Número de desempregados (1000)	Forças de mercado	UNDP(2007), tabela21
TXPIBPCAP	Taxa de crescimento PIB <i>per capita</i>		UNDP(2007), tabela 14
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	Ambiente cultural	UNDP(2007), tabela 1
PCTEDU	Percentual dos gastos com educação no gasto público total		UNDP(2007), tabela11
LOCAL	Cinco <i>dummies</i> para os continentes		n s a
USAM	Número de pessoas que usam internet, por mil habitantes	Ambiente cultural; ambiente informacional	UNDP (2007), tabela13
REGQLTY	Qualidade regulatória	Sistema legal	<i>World Bank</i> (1996-2007)
REGLAW	Qualidade da legislação		<i>World Bank</i> (1996-2007)

Nota - *: variável dependente na regressão múltipla.

Três variáveis adicionais, obtidas por transformações numéricas dos dados, foram acrescentadas no decorrer do estudo em busca de melhor desempenho no modelo. Elas serão discutidas mais adiante.

Tendo em mente que os valores do IAO correspondem ao ano de 2006, as demais variáveis se referem ao ano de 2005 para tentar captar seu efeito como indicadores antecedentes da abertura orçamentária.

Diversas fontes de dados secundários, indicadas na última coluna do quadro, foram utilizadas para obter informações sobre todos aqueles “fatores determinantes” potenciais. A planilha de dados secundários foi tabulada primeiro no Excel®, porque a maioria dos dados podia ser diretamente importada nesse formato a partir das respectivas fontes secundárias, e depois transformada em planilha do SPSS® - *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 12, para possibilitar a análise estatística. Esta análise foi feita em duas etapas.

Primeiramente, foi calculada a matriz de correlação entre as variáveis independentes para identificar possível presença de multicolinearidade. O alto valor de certas correlações sugeriu eliminar algumas das variáveis iniciais, que haviam sido escolhidas em virtude nos de estudos aqui resenhados. Após esta eliminação, foi especificada e estimada uma equação de regressão linear múltipla, que procura captar a influência conjunta das variáveis determinantes sobre o comportamento da variável dependente. Simplificando a notação usada no Quadro 2, a equação linear final (seção 4.2) será:

$$IAO_i = \beta_0 + \beta_1.ABERT_i + \beta_2.IPSAS_i + \text{interações ABERT vezes LOCAL} + \text{interações TAXA vezes LOCAL} + \text{interações REG_QUAL vezes LOCAL} + \text{dummies de LOCAL} + \varepsilon_i$$

Cada variável de interação representa uma *dummy* de coeficiente angular, ou seja, o produto da variável envolvida vezes a *dummy*, e serve para captar o efeito desta sobre a inclinação devida à outra variável. A adoção de normas internacionais de Contabilidade aparece como *dummy* de intercepto, podendo afetar apenas a constante β_0 . As *dummies* de local são aqui usadas como *proxies* da influência “cultural”. Todas as

outras formas de inclusão de variáveis foram experimentadas e eliminadas para minimizar o efeito da multicolinearidade.

A significância da influência conjunta dos fatores pode ser avaliada pelo teste F de Fisher-Snedecor, ao passo que a capacidade da equação estimada em reproduzir os valores observados é medida pelo R^2 . Ao contrário do que ocorre em testes bivariados, e na ausência de multicolinearidade, os coeficientes de cada variável na equação refletem a influência exclusiva da respectiva variável em relação às demais presentes; a significância desta influência é indicada pelo resultado do teste de *Student*. Vale lembrar que a ocorrência simultânea de alto R^2 , juntamente com muitas variáveis não significativas e/ou sinais empiricamente inesperados para variáveis significativas, pode fazer suspeitar de multicolinearidade, requerendo então o cálculo do chamado *condition index* (GUJARATI, 1988, p. 301-302), fornecido pelo SPSS.

Os modelos de regressão múltipla têm longa tradição nas aplicações da Estatística a problemas reais. Na verdade, durante muito tempo, devido a limitações computacionais, foi a grande opção na maioria das aplicações “práticas” de técnicas multivariadas. Conforme Hairet *al.* (1998, p. 161), a regressão múltipla fornece uma forma de avaliar objetivamente o grau e a natureza da associação entre uma variável dependente e várias outras independentes ou explicativas. A justificativa mais direta para o uso da equação de regressão é a determinação da importância relativa de cada variável independente, observando-se simultaneamente seu nível de significância e seu coeficiente padronizado (beta). A forma linear, a mais usada devido à sua simplicidade e facilidade de interpretação, será adotada neste trabalho; sua adequação pode ser avaliada pelo resultado teste F.

Ainda persistem diversas limitações, que contaminam a abordagem do estudo às questões acerca da transparência do orçamento público em termos de países. Vale destacar três delas. Primeiro, a influência da cultura foi representada de forma muito simplificada,

embora os escores de Hofstede estejam mais disponíveis como variável secundária. Segundo, a utilização de dados em *crosssection* não permite acompanhar a evolução temporal da influência dos fatores determinantes, o que poderia ser importante do ponto de vista das políticas nacionais voltadas à transparência pública. Terceiro, repetiu-se aqui a chamada abordagem via “forma reduzida” (PINDYCK; RUBINFELD, 1991), que, embora recorrente em exercícios essencialmente empíricos utilizando regressão, resulta em que a equação estimada mostre apenas o equilíbrio final entre influências simultâneas sobre a demanda e a oferta de informações sobre o orçamento público em um país, fazendo com que os coeficientes estimados reflitam uma combinação entre forças determinantes que podem ser bastante heterogêneas.

4 Análise dos Resultados

Esta seção apresenta os resultados obtidos. Os resultados de natureza mais descritiva são mostrados na subseção 4.1, enquanto a subseção 4.2 exibe os resultados estatísticos.

4.1. Perfil da amostra

A Tabela 1 mostra, por continente, os valores médios encontrados para dois indicadores. Os países da Europa são os que apresentam maiores IDH e IAO; os da África apresentam os menores. A exceção no continente africano é a África do Sul, que possui IAO de 85 e IDH de 0,674.

Tabela 1 - Valores Médios de IAO e IDH por continente

Continente	Número de países	Média do IAO no grupo	Média do IDH no grupo
América	13	46	0,7815
Ásia	18	41	0,7315
África	17	36	0,5082
Europa	9	65	0,8810
Oceania	2	68	0,7365
Total	59	51	0,7277

Fonte: adaptada de Oliveira, Silva e Moraes (2008).

Relembrando o que se viu no Quadro 1, dos 59 países pesquisados, apenas 10 elaboram e disponibilizam completamente para a sociedade o *Citizens' Budget*, obtendo, por isso, altos IAOs. São eles: África do Sul, Angola, Coreia do Sul, El Salvador, França, Índia, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Uganda.

4.2. Resultados estatísticos

Conforme explicado, para identificar problemas de multicolinearidade, foram calculadas as correlações bivariadas entre as variáveis do Quadro 2, exceto as *dummies*. Mesmo depois de definir o “desemprego *per capita*” e o “PIB *per capita*”, para evitar as correlações devidas ao tamanho (por exemplo, PIB, população), muitas variáveis precisaram ser eliminadas, restando aquelas que irão figurar na equação final, estimada por Mínimos Quadrados ordinários (MQO). A providência de eliminar variáveis para minimizar a multicolinearidade foi considerada suficiente para tornar aceitável esse método de estimação. A redução de variáveis também ajuda a manter graus de liberdade em uma amostra relativamente pequena como a que foi aqui utilizada.

Os resultados finais aparecem na Tabela 2, incluindo os resultados dos testes de significância da associação entre as variáveis independentes e o IAO.

Em particular, a variável Qualidade Regulatória, que aparece nas interações com a *dummy* de local, apresentou alta correlação com o IDH (0,741), com o número de pessoas que usam internet (0,850), com a Qualidade Legal (0,923) e com o PIB *per capita* (0,482). Esta variável deve, então, ser vista como uma síntese de todos estes efeitos, e o cálculo de sua influência “líquida” requereria um modelo econométrico mais avançado e, por conseguinte, maiores amostras.

Tabela 2 – Resultados da regressão múltipla

Variável	Coefficiente	Coefficiente Padronizado	tdeStudent	p-valor
(Constante)	62,951		4,512	0,000
ABERT	- 0,089	- 0,127	- 0,698	0,490
LOC_AFRICA	- 13,854	- 0,288	-,882	0,383
LOC_ASIA	23,608	0,401	1,316	0,196
LOC_OCEAN	8,884	0,073	0,699	0,489
LOC_AMERICA	14,686	0,275	0,785	0,437
ABERT_AMERIC	- 0,362	- 0,451	- 1,877	0,068
ABERT_ASIA	- 0,223	- 0,348	- 1,384	0,174
ABERT_AFRICA	0,381	0,645	2,250	0,030
ABERT_EUROP	- 0,039	- 0,067	- 0,360	0,721
TAXA_AMERIC	- 1,557	- 0,045	- 0,194	0,847
TAXA_ASIA	- 2,576	- 0,149	- 0,858	0,396
TAXA_AFRICA	- 10,377	- 0,439	- 3,852	0,000
TAXA_EUROP	- 2,086	- 0,109	- 0,835	0,409
REG_Q_AMERIC	18,355	0,237	2,400	0,021
REG_Q_ASIA	30,515	0,304	3,148	0,003
REG_Q_AFRICA	45,406	0,713	6,238	0,000
REG_Q_EUROP	24,754	0,462	5,240	0,000
REG_Q_OCEAN	13,627	0,152	1,922	0,062
IPSAS DUM_Adot	- 3,459	- 0,077	- 0,804	0,427

N= 58; R²ajust = 0,703; F = 8,093, p-valor < 0,1%.

Com relação ao poder explicativo, o valor de 0,703 para o R^2 (ajustado para graus de liberdade) pode ser considerado muito bom para uma amostra final em *crosssection* de 58 países. O resultado do teste F sugere que a especificação linear pode ser considerada adequada, tal como ocorreu nos estudos resenhados.

Consideradas individualmente, a significância e a importância de cada variável independente podem ser avaliadas pelo coeficiente padronizado e pela estatística de Student, que aparecem na Tabela 2. Considerando os coeficientes padronizados, o resultado mais notável é a significativa influência da interação entre a variável Qualidade Regulatória e as *dummies* geográficas, que procuram captar efeitos específicos aos continentes e são aqui empregadas como uma *proxy* simples para a influência “cultural”. As variáveis Abertura ao Exterior (ABERT, calculada como soma das participações das importações e exportações no PIB) e Forças de Mercado (TAXA, representada pela taxa de crescimento do PIB *per capita*) são significativas apenas para o caso dos países africanos. Para esses países, as variáveis Abertura ao Exterior e da Qualidade Regulatória são as que mostram maior associação com o IAO.

Vale destacar que a variável *dummy* IPSAS, que representou a adoção de normas internacionais de contabilidade pública, não obteve significância estatística.

Inicialmente sinalizada pelas correlações bivariadas simples, a suspeita de ocorrência de multicolinearidade proibitiva não se confirmou, já que o valor calculado para o *condition index* resultou aproximadamente igual a 30, valor que pode ser considerado indicativo de multicolinearidade “moderada a forte” (GUJARATI, 1988, p. 301-302).

5. Conclusões

Boas práticas da gestão governamental – desenvolvidas inicialmente em países tais como Estados Unidos, Nova Zelândia, Reino Unido e França – têm sido perseguidas e eventualmente implantadas em quase todos os países, ainda que em estágios diferentes. Uma dessas

práticas é a *accountability*, ou seja, a obrigação, por parte dos membros de um corpo administrativo, de prestar contas a instâncias controladoras. A ideia de prestação de contas não deve ser entendida, apenas, como ato meramente burocrático e formal, em que são reunidos documentos para posterior encaminhamento a um órgão de controle ou julgamento.

A responsabilidade governamental, segundo o GASB, parágrafo 56, está baseada no postulado de que a cidadania, uma audiência efetivamente múltipla, tem um “direito a saber”, e por isso os atos e fatos acerca da gestão devem ser abertamente declarados, objetivando conduzir o debate político pelos cidadãos. Assim é que o governo mostra sua responsabilidade em uma sociedade democrática. No caso da *Public Accountability*, então, a prestação de contas passa, necessariamente, pela questão do controle mais amplo pela sociedade em geral. Por conta disso, os entes governamentais devem criar mecanismos para que os cidadãos tenham acesso às informações orçamentárias e financeiras.

A despeito dos esforços internacionais de harmonização e padronização, não há indícios, em termos de países, de que tenha aparecido alguma teoria abrangente para explicar o comportamento da abertura orçamentária nacional. Isso permite aos pesquisadores a possibilidade de desenvolver diferentes abordagens empíricas à questão, tal como foi feito aqui.

No que se refere ao resultado descritivo, chama a atenção o fato de que 23 dos 59 países pesquisados disponibilizem aos cidadãos informações sobre o orçamento do país que devem ser consideradas “mínimas” ou “restritas ou nenhuma”. Por outro lado, 30 países disponibilizam uma quantidade significativa de tais informações. O comportamento do índice IAO, a variável dependente neste estudo, mostrou que práticas eficientes de transparência são possíveis não somente em países desenvolvidos, mas também em países em desenvolvimento. Assim, o grau de desenvolvimento e as demais variáveis tradicionalmente a ele associadas não seriam os únicos determinantes daquele comportamento.

Em termos estatísticos, o objetivo do trabalho foi alcançado, já que a equação estimada produziu bons resultados sob os vários critérios

usualmente empregados para avaliar regressões. O valor de R^2 ajustado é bem alto, em se tratando de uma amostra em *crossection*, confirmando o poder explicativo das variáveis escolhidas. A significância destas variáveis também foi estabelecida.

Merece destaque a significativa influência da interação entre a variável Qualidade Regulatória e as *dummies* geográficas, aqui entendidas como variáveis “culturais”. Uma vez que a Qualidade Regulatória se mostrou correlacionada com diversas outras variáveis, sua influência deve estar superestimada. No entanto, para melhorar o cálculo de sua influência “líquida”, seria necessário um modelo econométrico mais avançado em maiores amostras que superem o escopo do presente trabalho.

Estudos futuros poderiam melhorar a representação das variáveis “culturais”, possivelmente apoiados em versões mais atuais dos escores de Hofstede. Diante da maior disponibilidade de dados anuais, poderia, ainda, ser tentada uma abordagem em painel, combinando informações instantâneas (*crossection*) e temporais (*time series*). Finalmente, a limitação devida à abordagem via “forma reduzida” poderia, do ponto de vista econométrico, ser tratada por meio de modelos envolvendo equações simultâneas.

Referências

BHOJRAJ, S.; BLACCONIERE, W. G.; D’SOUZA, J. D. Voluntary disclosure in a multi-audience setting: an empirical investigation. *The Accounting Review*, v. 79, n. 4, p. 921-947, 2004.

CHING, H. Y. *Contabilidade gerencial: novas práticas contábeis para a gestão de negócios*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CUNILL GRAU, N.; OSPINA BOZZI, S. La evaluación de los resultados de la gestión pública: una herramienta técnica y política. In: CUNILL GRAU, N.; OSPINA BOZZI, S. (Org.). *Evaluación de resultados para una gestión pública moderna y democrática: experiencias latinoamericanas*, Caracas: CLAD / AECI, 2003.

DOUPNIK, T. S.; SALTER, S. B. External environment and accounting practice: a preliminary test of a general model of international accounting development.

International Journal of Accounting Education and Research, v. 30, n. 2, p. 189-207, 1995.

ECHEBARRÍA, K. Responsabilización y responsabilidad gerencial: instituciones antes que instrumentos. In: _____. *et al. Responsabilización y evaluación delagestión pública*, Caracas: CLAD/AECI, 2005.

GASB. Disponível em: <http://www.gasb.org/white_paper_appa.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2009.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 7.ed.São Paulo: Atlas, 1997.

GRAY, S. J. Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally.*Abacus*, v. 24, n. 1, p. 1-15, 1988.

_____; VINT, H. M. The impact of culture on accounting disclosures: some international evidence. *Asia-Pacific Journal of Accounting*, v. 2, p. 33-43, Dec. 1995.

GUJARATI, D. N. *Basic Econometrics*. 2nd ed. Singapore: McGraw-Hill, 1988.

HAIR, J.*et al. Multivariate data analysis*. 5nd ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

HOFSTEDE, G. *Culture's consequences: comparing values, behaviors, institutions, and organizations across nations*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2001.

_____. *Culture's consequences: international differences in work-related values*. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1980.

_____; McCRAE, R. R. Personality and culture revisited: linking traits and dimensions of culture. *Cross-Cultural Research*, v. 38, n. 1, p. 52-88, 2004.

HORNGREN, C. T.; SUNDEM, G. L.; STRATTON, W. O. *Contabilidade gerencial*. 12nded. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

IBP – *International Budget Partnership*.Disponívelem:<<http://www.internationalbudget.org>>. Acessoem: 15jan.2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC).Disponívelem: <http://www.ifac.org/PublicSector/Downloads/IPSAS_Adoption_Governments.pdf>. Acessoem: 15jan.2009.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. Governance Matters VII: aggregate and individual governance indicators 1996-2007. *Policy Research Working Paper no. 4654*. Washington, DC: The World Bank Institute, 2008.

- LAINEZ, J. A.; CALLAO, S.; JARNE, J.I. International harmonization of reporting required by stock markets. *International Journal of Accounting*, v. 31, n. 4, p. 405-418, 1996.
- NOBES, C. Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting. *Abacus*, v. 34, n. 2, p. 162-187, 1998.
- OLIVEIRA, R. R.; SILVA, A. M. S.; MORAES, M. C. C. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. In: ENCONTRO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ, 10, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FAF-UERJ, 2008.
- PHILIPS, L.; BLOMME, R. *Analysechronologique*. Louvain: Vander, 1973.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Econometric models and economic forecasts*. 3rded. New York: McGraw-Hill, 1991.
- PIRES, V. *Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz*. São Paulo: Manole, 2001.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>> Acesso em: 10jan.2009.
- RAMKUMAR, V. *Our money, our responsibility: a citizen's guide to monitoring government expenditures*, 2008. Disponível em: <<http://www.internationalbudget.org/resources/expenditure/IBP-Expenditure-Monitoring-Guide.pdf>>. Acesso em: 12jan.2009.
- REZENDE, F. C. As reformas e as transformações no papel do Estado: o Brasil em perspectiva comparada. In: ABRUCIO, F., LOUREIRO, M. R. (Org.). *O Estado numa era de reformas: os anos FHC*, Parte 1, Brasília: MP - SEGES, 2002.
- RODRIGUEZ BOLÍVAR, M. P.; CABA PÉREZ, C.; LOPEZ HERNÁNDEZ, A. M. Cultural contexts and governmental digital reporting. *International Review of Administrative Sciences*, v. 72, n. 2, p. 269-290, 2006.
- SALTER, S.B.; NISWANDER, F. Cultural influence on the development of accounting systems internationally: a test of Gray's (1988) theory. *Journal of International Business Studies*. vol.26, p. 379-397, 1995.
- SANTOS, L. A. Prestação de contas, acesso a informação e participação e processo decisório governamental. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administración pública, 10, 2005, Santiago, Chile. *Anais...* Santiago: CLAD, 2005.

SILVA, L. M. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SUDARWAN, M.; FOGARTY, T. J. Culture and accounting in Indonesia: an empirical examination. *International Journal of Accounting*, v. 31, n. 4, p. 463-481, 1996.

TROSA, S. *Gestão Pública: quando o Estado se compromete*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. *Human Development Report 2007-2008*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2007.

VALVERDE LOYA, M. A. Transparencia, acceso a la información y rendición de cuentas: elementos conceptuales y el caso de México. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9, 2004, Madrid. *Anais...* Madrid: CLAD, 2004.

VOGEL, S. K. International Games with National Rules: competition for comparative regulatory advantage in telecommunications and financial services, *Working Paper 88*, BRIE, Jun 1996.

WORLD BANK. Worldwide governance indicators 1996-2007. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>>. Acesso em: 12jan.2009.

ZARZESKI, M. T. Spontaneous harmonization effects of culture and market forces on accounting disclosure practices. *Accounting Horizons*, v. 10, p. 18-37, March 1996.